

JORNAL FERAESP

MAIO DE 2022

O JORNAL DOS ASSALARIADOS RURAIS

WWW.FERAESP.ORG.BR

DESDE 2017 - EDIÇÃO NÚMERO 53

A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos. Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?



Denuncie em nossos canais de comunicação: (18) 3325 - 1796 / feraesp@feraesp.org.br
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

FAMILIAS PODEM PERDER ÚNICO BEM PARA BANCOS, CASO PL PASSE A VIGORAR
PAG - (2)

AGRONEGÓCIO TEM SUPERAVIT DE 43 BILHÕES DE DÓLARES, ENQUANTO
ENTIDADES SINDICAIS TEM
DIFICULDADES EM FECHAR ACORDOS DECENTES **PAG - (3)**

POBREZA CRESCE E A CADA 24H SURGE UM NOVO MILIONÁRIO **PAG - (4)**

SEIS BRASILEIROS TÊM UMA RIQUEZA EQUIVALENTE AO PATRIMÔNIO DOS 100
MILHÕES MAIS POBRES DO PAÍS **PAG - (4)**



INFLAÇÃO

MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2022
ÚLTIMOS 12 MESES

INPC: 12,47%

IPCA: 12,13%

FERAESP participa de encontro junto a CONTAR



Nos dias 26 e 27 de maio o diretor de finanças e administração, Rubens Germano, participa da reunião da Comissão Nacional de Monitoramento de Cadeias Produtivas, em Brasília no Centro de Estudos Sindicais (CESIR - CONTAG).

De acordo com a União Internacional das Associações de Trabalhadores em Alimentos, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins (UITA), com expositores do Ministério do Trabalho; Ministério Público Federal e ONGs, a Reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento das Cadeias Produtivas foi realizada no Centro de Estudos Sindicais (CESIR - CONTAG) em Brasília (26 e 27 de maio).

SISTEMA DE ARRECAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (18) 3325 - 1796.



Fundada em 1989

JORNAL FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Av. Siqueira Campos, 235, Vila Operaria, Assis - SP - CEP 19804-010.

Fone: (18) 3325 - 1796 - WhatsApp (14) 99873-9557 - e-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP

Com a participação do diretor de finanças e administração da FERAESP, Rubens Germano, o encontro teve como destaque no primeiro dia da sessão a apresentação de Marques Casara (Papel Social) e Thales Cavalcanti Coelho (Ministério Público Federal) sobre a violação dos Direitos Humanos no setor pecuário e sucroalcooleiro.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), desenvolve ações de pesquisa, capacitação e articulação com outras organizações para ampliar sua capacidade organizacional e de atuação nas cadeias produtivas do agronegócio.

Famílias podem perder único bem para bancos, caso PL passe a vigorar



De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), *pela legislação vigente, a família não pode perder o único bem por dívidas. Atualmente, esse só pode ser usado como garantia de financiamento do próprio imóvel e leilado em caso de inadimplência do financiamento imobiliário.*

Outros casos de penhora, de acordo com informações da Agência Câmara de Notícias, dependem de decisão judicial e do valor do imóvel. Agora, com a aprovação do texto, que segue para o Senado — Casa revisora —, será permitido que as instituições bancárias penhorem a casa de uma família em qualquer situação na qual o imóvel seja dado como garantia real. Independentemente da obrigação garantida ou da destinação dos recursos obtidos, mesmo quando a dívida for de terceiro.

O projeto foi aprovado na noite da última quarta-feira (1º), por 260 votos favoráveis ante 111 contrários, nesse caso, todos de partidos da centro-esquerda e esquerda — PT, PSB, PDT, PSol, PCdoB, PV e Rede — rejeitaram o projeto.

A oposição defende que a impenhorabilidade do imóvel de uma família é essencial. E que, sem essa garantia, as consequências serão nefastas e implicarão no aumento da desigualdade no País. As legendas tentaram alterar esse ponto da proposta por meio de destaques do PCdoB e PSol, mas ambos foram rejeitados pela maioria dos deputados dos demais partidos. O PT também tentou manter o monopólio da Caixa Econômica Federal sobre o penhor civil de bens, mas a medida também foi barrada.

Fator de risco

A rejeição foi vista como “mais uma prova de que Bolsonaro é amigo dos bancos e contra a família brasileira”, discursou o deputado federal Alencar Santana (PT-SP) em plenário. O parlamentar justificou voto contrário dele apontando para o risco de estouro de crise financeira e hipotecária, como a que atingiu os Estados Unidos, em 2008, e provocou efeito dominó em outros vários países. Na ocasião, sem condições de pagar as hipotecas, famílias estadunidenses abandonaram as casas em diversas cidades do país.



“O presidente disse na campanha, nas suas falácias e mentiras, que o comunismo ia tomar a casa dos brasileiros. Pois bem, em 2008, os Estados Unidos viveram uma crise em que muitas pessoas passaram a morar na rua e em seus carros porque perderam suas casas. A casa, o bem de família, é algo tão sagrado no nosso País que é impenhorável, assim diz a nossa legislação. Porque é na casa onde o núcleo familiar está”, afirmou Santana.

“Esse governo diz que defende a família, mas ataca a família brasileira, a família mais pobre. Em um país que tem uma das maiores taxas de juros do mundo, estamos autorizando que o bem de família, que a casa, o único bem daquela família, possa ser penhorado. As famílias vão perder a sua casa se a gente aprovar essa lei. E vão perder para os grandes bancos que não estão preocupados nenhum pouco com a vida do povo e que continuam cobrando juros exorbitantes e altíssimos. Por isso votamos ‘não’, em defesa do bem de família do nosso povo”, complementou.

Tudo penhorado

O projeto foi aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado João Maia (PL-RN), que alegou que a impenhorabilidade do imóvel “gera aumento dos juros dos financiamentos ou a negativa de crédito para quem precisa de empréstimo”. O argumento da ala favorável é que a proposta “traz coerência à legislação”.

No entanto, a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) também diz temer que, com o projeto, as famílias percam seu único bem. “Na situação de pindaíba que a população brasileira está, é evidente que um cidadão vai querer acessar esse crédito. Só que ele vai poder utilizá-lo para diferentes empréstimos. Se ele não conseguir pagar um desses empréstimos — apenas um deles —, vai ser penhorado tudo o que ele apresentou como garantia. E essa garantia pode ser inclusive um bem de família”, criticou a parlamentar.

Outros pontos

O chamado marco legal das garantias de empréstimos também permitirá a exploração de serviço de gestão especializada de garantia. Nesse caso, segundo o projeto, esse serviço deverá ser regulamentado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e poderá ser prestado por instituições autorizadas pelo Banco Central.

Caberão a esses fazer o registro nos cartórios, no caso dos bens imóveis. Assim como a avaliação das garantias reais e pessoais, e a venda dos bens, se a dívida for executada, entre outros serviços.

A proposta do governo também aponta que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas em tomar empréstimo nos bancos deverão antes firmar contrato com IGG (instituições gestoras de garantia), onde devem apresentar os bens que pretendem dar em garantia. Será a IGG que avaliará o valor e os riscos e também definirá o valor máximo do empréstimo. Apenas após essa etapa assinada por uma dessas empresas que o interessado poderá ir à instituição financeira para contrair o empréstimo.

O projeto também concederá isenção de imposto sobre aplicações de estrangeiros em títulos privados. O texto propõe, por fim, agilizar a retomada de veículos comprados por leasing — contrato de arrendamento mercantil — em razão de dívida.

Agronegócio tem superávit de 43 bilhões de dólares, enquanto entidades sindicais tem dificuldades em fechar acordos decentes



Exportações do setor registraram alta de 34,9% nos primeiros quatro meses do ano

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a balança comercial do agronegócio brasileiro apresentou superávit de US\$ 43,7 bilhões no acumulado do ano, de janeiro a abril de 2022. As exportações do setor no mesmo período tiveram alta de 34,9%, enquanto as importações registram estabilidade, com alta de 0,7%, na comparação com o mesmo período de 2021.

Como o saldo dos demais bens foi um déficit de US\$ 23,5 bilhões no mesmo período, o saldo da balança comercial total (com produtos de todos os setores da economia) apresentou superávit de US\$ 20,2 bilhões.

O agronegócio exportou US\$ 14,9 bilhões em abril, o que contribuiu para um superávit de US\$ 13,6 bilhões no saldo da balança comercial do setor, crescimento de 15,2% frente ao mesmo mês de 2021. As importações brasileiras do setor totalizaram US\$ 1,3 bilhão no mês, com alta de 11,7% na comparação interanual.

Na comparação com o mês de abril de 2021, houve crescimento de 14,9% do valor exportado do setor. Esse resultado segue tendência de alta observada desde fevereiro de 2021, que teve seu pico nos primeiros meses deste ano, período de entressafra e típico de baixas importações para o Brasil.



Por outro lado, as entidades sindicais, de acordo com dirigentes sindicais, ligados ao setor, vem tendo dificuldades em fechar acordos decentes que protejam as relações de trabalho entre empregados e patrão. Um exemplo disso, é a FERAESP que, há alguns anos tenta fechar um acordo em relação a uma convenção a nível estadual com a federação patronal, entretanto, sem sucesso, devido a resistência do patronal em aceitar cláusulas como reajustes salariais e benéficos, que são de suma importância para os empregados assalariados rurais do estado de São Paulo.



Pobreza cresce e a cada 24h surge um novo milionário



Enrique Ochoa (La jornada, México)

Saldos da pandemia de coronavírus, ainda não totalmente erradicada:

Um novo milionário surgiu a cada 24 horas, o que deixou milhões na pobreza. Um relatório da Oxfam – a organização internacional centrada nestes estudos – diz que “573 pessoas se tornaram multimilionárias durante a pandemia, enquanto 263 milhões caíram – e continuam caindo – na pobreza extrema, no ritmo de um milhão a cada 33 horas.”

São mais de 2,6 mil magnatas que possuem aproximadamente 12,7 bilhões de dólares, e pertencem aos setores de alimentação, energia, farmacêutico e de tecnologia. A Oxfam utilizou os valores da lista de multimilionários da Forbes, de março de 2020 a março de 2022.

Ainda assim, aí só aparecem os homens de negócios, faltam os políticos e, é claro, suas fortunas. A questão é se os governos são capazes de impor alguma taxa ou imposto especial sobre eles. Dificilmente.

Têm poder político também. Um dos personagens que aparece como o mais rico, Jeff Bezos, da Amazon, é dono do jornal The Washington Post, e seu rival, Elon Musk, está prestes a comprar a Twitter.

Seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país



De acordo com a Oxfam Brasil, seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente que um super-rico recebe em um único mês. Esse é o cenário atual do Brasil. Definitivamente, precisamos falar sobre as desigualdades.

Nosso relatório tem como objetivo alimentar um necessário e urgente debate público sobre a redução das distâncias dentro da sociedade brasileira, em direção a um país mais justo e solidário.

As desigualdades entre pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens não são um problema de poucos, mas um problema de todos os brasileiros.

Retrato:

Uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o mesmo que um super-rico recebe em um único mês.

Mantida a tendência dos últimos 20 anos, os negros só terão equiparação salarial com os brancos no Brasil em 2089 – 200 anos depois da abolição da escravidão.

Levaremos 35 anos para alcançarmos o atual nível de desigualdade de renda do Uruguai e 75 anos para chegarmos ao patamar atual do Reino Unido, mantido o ritmo médio de redução anual das desigualdades de renda observado desde 1988.

Seis brasileiros possuem a mesma riqueza que a soma do que possui a metade mais pobre da população, mais de 100 milhões de pessoas. Os 10% mais pobres do Brasil gastam 32% de sua renda com tributos; os 10% mais ricos, 21%.

O 1% mais rico da população brasileira recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional; os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%.